

Brasil, desafios do fim do século

CLÁUDIO MONTEIRO CONSIDERA *

N a década de 70, como parte da propaganda do regime militar, proliferaram livros e artigos com extrapolações sobre o Brasil do próximo milênio. Nenhum deles imaginava o *imbroglio* econômico e social que estaríamos vivendo a partir da década de 80 e que já avança pela metade da última década do século 20: queda da renda e do consumo *per capita*, hiperinflação latente, desemprego, falência das ações sociais do Estado, foram a tônica dos últimos 14 anos, acarretando um brutal agravamento das desigualdades econômicas e sociais.

Ao longo da crise foram-se consolidando alguns diagnósticos sobre sua origem e sobre possíveis ações para superá-la. O esgotamento do modelo de desenvolvimento e de seu padrão de financiamento, o papel de Estado na economia, com ênfase na necessidade de privatização e desregulamentação, a busca de maior inserção internacional e de competitividade da economia brasileira, os aspectos relacionados ao mercado de trabalho, à previdência social, às ações sociais do Estado nas esferas da educação, saúde, saneamento básico, têm sido temas amplamente debatidos e sobre os quais os governos que se sucederam durante esse período atuaram de formas variadas ou simplesmente se omitiram.

Em dois aspectos as ações governamentais têm sido bastante coerentes, pelo menos no período mais recente: o papel do Estado na economia e a inserção internacional. As privatizações avançaram bastante, ainda que alguns reclamem do seu lento ritmo e da sua abrangência, esta última fortemente limitada pela Constituição. No âmbito da desregulamentação, os resultados são ainda tímidos, mas promissores. No que diz respeito ao aumento da competição internacional, as ações se iniciaram já há oito anos, e com poucas exceções pode-se afirmar que a economia brasileira tem hoje grau de exposição satisfatório, embora seja ainda possível uma integração mais profunda, como o demonstram as medidas recém-tomadas.

Nas outras questões econômicas muitos passos poderão ser dados agora com o fim da inflação. A maior lição

da crise talvez tenha sido a de que a inflação não pode ser tolerada: sua mera existência traz males econômicos, sociais e éticos que corroem as bases morais da nação e impedem o seu desenvolvimento. A própria sociedade encarregou-se de mostrar aos governantes, com o total apoio ao Plano Real, o quanto repudia a inflação. A partir daí poder-se-ão equacionar medidas econômicas de mais longo prazo visando à retomada do crescimento sustentado que, diferentemente do passado, deverá incorporar as grandes massas de população, até agora excluídas.

Do lado das questões sociais, em que se depende fundamentalmente das ações do governo, é que se pode cobrar daqueles que dirigiram o país nos períodos de bonança. Não se construiu nesse período uma estrutura mínima de educação e saúde básica, a previdência social não teve nunca um tratamento atuarial digno; e a questão do saneamento, a despeito de alguns progressos, está longe de ser resolvida. A partir da década de 80 a falência exposta nas contas públicas desencadeou um total abandono nessas áreas, chegando-se a uma verdadeira situação de calamidade. O retorno de doenças endêmicas que se consideravam erradicadas é a principal marca desses 14 anos de martírio.

Em comemoração aos 30 anos de existência do Ipea, sua diretoria de pesquisa lançou o livro *Brasil no Fim do Século: Desafios e Propostas para a Ação Governamental*. São 40 textos basicamente argumentativos sobre questões que seus autores vêm pesquisando ultimamente. Neles são identificados e diagnosticados os principais desafios que o país enfrenta para retomar a trajetória de desenvolvimento sustentado, agora, diferentemente dos últimos 30 anos, com justiça social.

Estes desafios podem ser resumidos em três tópicos: estabilidade permanente da moeda, crescimento econômico e combate à pobreza. Esta simplicidade, entretanto, oculta o fato de que as ações para superá-los têm dificuldades condizentes com as dimensões continentais do nosso país.

Para a estabilidade permanente da moeda, será necessário dar continuidade ao ajuste das contas públicas, apenas iniciado. Isso significa uma reforma constitucio-

nal que contenha a redefinição das atribuições do Estado, com a reestruturação do setor produtivo estatal e a redefinição das atribuições das três esferas de governo; uma reforma da estrutura tributária que a torne mais simples e mais justa; uma reforma administrativa que permita equacionar a questão do funcionalismo público; e a reforma da seguridade social.

Para a retomada do crescimento sustentado há de se contar inicialmente com a perspectiva da estabilidade permanente da moeda e dar continuidade ao programa de reformas estruturais já iniciado, com a ampliação da internacionalização da economia, por meio de atração massiva de investimentos multinacionais, a desregulamentação do funcionamento econômico, devendo o Estado abandonar o intervencionismo, privatizando seu setor produtivo, promovendo a criação de regras estáveis e claras, fomentando a competição e combatendo o abuso do poder econômico.

Para o efetivo combate à pobreza é necessário ter como perspectiva a estabilidade permanente da moeda e a retomada do crescimento sustentado. Só assim será possível promover o aumento do emprego, da produtividade e, conseqüentemente, do salário. Será ainda necessário promover uma ampla gama de reformas estruturais na área de atuação social do Estado, de maneira a possibilitar: a ampliação e melhoria dos serviços de educação básica, de forma a homogeneizar os atributos do trabalhador no seu ponto de partida de competição no mercado de trabalho; a ampliação e melhoria dos seus serviços de saúde; a ampliação da rede de saneamento básico; a descentralização da assistência social; a promoção de ajudas emergenciais, como no caso da alimentação e do programa de renda mínima.

Nesse momento de escolha do próximo governo o Ipea procura colocar à disposição da sociedade, e em particular dos candidatos, uma reflexão sobre esses desafios, além de propostas que possam contribuir para sua superação. Esperamos, junto com o eleito, poder continuar trabalhando para a construção de um novo país, mais rico e mais justo.